

Avaliações externas como tática da governamentalidade: o caso da Prova Brasil

External assessments as a tactic of governmentality: the Prova Brasil case

Evaluaciones externas como táctica de gubernamentalidad: el caso de la Prueba Brasil

Karla de Oliveira Santos¹
Universidade Estadual de Alagoas

Resumo: O objetivo desse estudo é compreender os impactos produzidos pela Prova Brasil em uma escola pública do município de São Miguel dos Campos, no estado de Alagoas, com o maior IDEB municipal, observando as táticas da governamentalidade que são mobilizadas para a cooptação dos sujeitos em busca por bom desempenho e resultados satisfatórios. A metodologia adotada segue a abordagem qualitativa, com foco no estudo de caso e pesquisa bibliográfica, utilizando as técnicas de observação e entrevista semiestruturada com um membro da gestão escolar e uma professora de reforço dos 5º anos A e B, turmas participantes da avaliação oficial. Contudo, concluímos que a Prova Brasil é uma tática da governamentalidade neoliberal que produz saberes e discursos que assujeitaram a comunidade educativa para o alcance de indicadores educacionais e performances exitosas, que tem se apresentado como qualidade da educação, baseada em estatísticas de desempenhos, competitividade e ranqueamentos.

Palavras-chave: Governamentalidade; Avaliações Externas; Prova Brasil; Qualidade da Educação.

Abstract: The aim of this study is to understand the impacts of Prova Brasil in a public school in the municipality of São Miguel dos Campos, in the state of Alagoas, which has the highest Index of Development of Basic Education (IDEB) among the municipalities, observing the tactics of governmentality that are mobilized for the co-optation of subjects around the search for good performance and satisfactory results. The methodology we use is a qualitative approach, with bibliographical research and a case study, using the techniques of observation and semi-structured interviews with a member of the school management and a tutoring teacher from 5th grades, A and B, classes that are participating in the official assessment. However, we concluded that the Prova Brasil is a tactic of neoliberal governmentality based on the production of knowledge and discourses that subject the educational community to the achievement of educational indicators and successful performances, which have been presented as quality of education, based on performance statistics, competitiveness and rankings.

Keywords: Governmentality; External Assessments; Prova Brasil; Quality of Education.

Resumen: El objetivo de este estudio es comprender los impactos producidos por Prueba Brasil en una escuela pública del municipio de São Miguel dos Campos, en el estado de Alagoas, con el mayor IDEB municipal, observando las tácticas de la gubernamentalidad que se movilizan para la cooptación de sujetos en busca de buen desempeño y resultados satisfactorios. La metodología adoptada sigue un enfoque cualitativo, centrándose en estudios de caso e investigación bibliográfica, utilizando técnicas de observación y entrevistas semiestructuradas con un miembro de la gestión escolar y una profesora de refuerzo de 5º años

¹ Doutora em Educação (PPGE/UFAL). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus IV, São Miguel dos Campos, Alagoas (AL), Brasil. E-mail: karla.oliveira@uneal.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995265157981192>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4954-8184>.

A y B, clases participantes en la evaluación oficial. Sin embargo, concluimos que la prueba Brasil es una táctica de gubernamentalidad neoliberal, que produce conocimientos y discursos que han sometido a la comunidad educativa al logro de indicadores educativos y desempeños exitosos, lo que se ha presentado como calidad de la educación, con base en estadísticas de desempeño, competitividad y rankings.

Palabras clave: Gubernamentalidad; Evaluaciones externas; Prueba Brasil; Calidad de educación.

Recebido em: 04 de março de 2024

Aceito em: 03 de junho de 2024

Introdução

As avaliações externas tem se caracterizado como parâmetro da qualidade da educação brasileira, em especial a Prova Brasil. O que tem se configurado como indicador de eficácia, eficiência, performatividade, com a imposição de indicadores educacionais de lógica concorrencial e meritocrática, que tem produzido discursos, saberes e táticas de controle para o governo dos estudantes, dos docentes e das escolas.

A Prova Brasil foi criada em 1995, no bojo das reformas educacionais durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, passando a integrar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). De acordo com informações no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Prova Brasil tem um caráter censitário que avalia os estudantes nos anos finais de cada etapa do Ensino Fundamental (5º e 9º anos) e no 3º ano do Ensino Médio, avaliando as escalas de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, a cada 2 anos. É de caráter universal, homogênea e padronizada, tendo como objetivo auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando melhorar a qualidade do ensino. Em 2019, sofre mudanças em sua nomenclatura, passando a ser chamada de Prova Saeb.

Sendo assim, partimos da seguinte problemática: Quais as táticas da governamentalidade mobilizadas e produzidas pela Prova Brasil, em uma escola pública municipal da cidade de São Miguel dos Campos/AL, com o maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) municipal?

A partir do referencial teórico foucaultiano, objetivamos compreender os impactos produzidos pela Prova Brasil em uma escola pública do município de São Miguel dos Campos, no estado de Alagoas, observando as táticas da governamentalidade que são mobilizadas para a cooptação dos sujeitos em torno da busca por bom desempenho e resultados satisfatórios na

Prova Brasil. A escola lócus da pesquisa no ano de 2017 possuía o maior IDEB municipal, inclusive recebendo premiação do governo de Alagoas pelo alcance de indicadores positivos.

A metodologia adotada neste trabalho é de abordagem qualitativa, através do estudo de caso em uma escola pública municipal, utilizando a pesquisa bibliográfica, a observação e as entrevistas semiestruturadas com uma integrante da Gestão Escolar e com a professora do reforço das turmas dos 5º anos A e B, responsáveis diretos por responderem a Prova Brasil, já que esta avaliação oficial avalia as competências e habilidades em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental.

O texto está organizado em três seções que se articulam com a introdução e as conclusões. Na primeira seção, intitulada: “A governamentalidade e a sua relação com o estado neoliberal”, apresentamos a base conceitual sobre governamentalidade, a partir de Michel Foucault e sua relação com o neoliberalismo. Na segunda seção, “As políticas de avaliações externas no Brasil”, são apresentadas as políticas de avaliações em larga escala que foram implantadas no Brasil, caracterizando-as e apresentando o cenário social, político e educacional. E na última seção, “O caso da Prova Brasil em uma escola pública de São Miguel dos Campos/AL”, expomos os dados e as análises sobre o objeto de pesquisa, mostrando as táticas e discursos mobilizados para o alcance de metas e a ênfase em performatividades exitosas para que a escola permanecesse em 1º lugar no IDEB municipal.

A governamentalidade e a sua relação com o estado neoliberal

O conceito de governamentalidade surge pela primeira vez nos estudos de Michel Foucault, no seu curso no Collège de France, entre os anos de 1977 e 1978, iniciada no dia 1º de fevereiro de 1978 e logo depois publicada em sua obra intitulada: *Segurança, Território, População* (1978).

Foucault (2008,p.143) apresenta as seguintes explicações para o conceito:

- 1) o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e os instrumentos técnicos essenciais, os dispositivos de segurança.
- 2) a tendência que em todo Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
- 3) o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou os séculos XV e XVI o Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.

Ou seja, a governamentalidade é a “arte de governar” a população e não mais o indivíduo. Para isso, o Estado utiliza um conjunto de procedimentos, mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens, a partir de uma racionalidade política. “A governamentalidade é uma técnica de controle social que se caracteriza pela tentativa de realizar a gestão da sociedade” (Branco, 2016,p.113). Como pontua Prado Filho (2006,p.82), “a governamentalidade contemporânea supõe, então, que o Estado dê conta politicamente do todo e de cada um, o que implica em estratégias macro e micro políticas”.

Gallo (2015,p.337) acrescenta que a governamentalidade é:

[...] um conjunto de ações, articuladas numa maquinaria de poder, que consiste em exercer um controle sobre os indivíduos, através do trabalho sobre as populações nas quais esses indivíduos estão inseridos, de modo que eles se acreditem cidadãos livres, participativos e peças centrais no jogo democrático.

Sendo assim, a governamentalidade opera com técnicas e métodos que garantem a condução dos homens e as orientações para a ação de governo do Estado sobre a população, almejando arregimentar artefatos de manutenção do próprio Estado. “O Estado governamentalizado tem por objetivo a população e não o território, que utiliza um saber econômico, que controla a sociedade por dispositivos² de segurança” (Castro, 2009,p.193). A população nesse sentido, acaba por se tornar o fim e instrumento do governo, para que se possa governar de forma racional.

De acordo com Foucault (2013), a governamentalidade tem a população como seu alvo principal e os dispositivos de segurança como seus mecanismos essenciais. Governar consiste em conduzir condutas e almas. Governar é governar as coisas. É uma maneira de atuar sobre um ou, ainda, vários sujeitos atuantes. É uma conduta que objetiva agir sobre outras condutas; que almeja incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar o comportamento dos sujeitos. Governar também implica na relação que se pode estabelecer consigo mesmo, na ação do sujeito sobre si próprio.

É o nascimento de táticas totalmente novas, que a população emerge como um fim, mas também como um instrumento para o governo. Temple (2013) acrescenta que a arte de governar está relacionada a um conjunto de estratégias, análises, cálculos e estatísticas, utilizados pelo Estado para a condução da população.

Segundo Marshall (2011), nós temos uma racionalidade política vinculada a uma tecnologia política, que envolve intervenções na vida dos indivíduos, através de observação,

² O termo dispositivo representa técnicas, estratégias, formas de assujeitar, desenvolvidas pelo poder, que podem ser representados pelo dito e o não-dito, a exemplo de discursos, instituições, arquiteturas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais, entre outros (Revel, 2011).

vigilância, exames, classificação e normalização. E aqui destacamos o papel que o exame possui para a produção de indivíduos “normalizados”, ao expor para o sujeito sua própria identidade e seu verdadeiro eu, sendo a escola o lócus privilegiado para isso.

No neoliberalismo, a arte de governar consiste em manter a autonomia do governo diante da impossibilidade de administrar a totalidade dos processos econômicos. Para tanto, a razão do Estado cria um espaço novo de atuação, que é a sociedade civil. Há ainda, a necessidade de flexibilização no modo de governar os indivíduos, que devem ser regulados, pois o importante para o Estado é o exercício do poder. Avelino (2016,p.177) diz que “o neoliberalismo reforçou um tipo de sujeição mais perfeito e duradouro na história política ocidental”.

Os indivíduos não são mais parceiros de troca, e sim parceiros econômicos, governáveis, a questão de como governar se concentra nos interesses do homem econômico, seguindo a lógica neoliberal de produtor e consumidor. Segundo Dardot e Laval (2016), a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita, ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos, implantando técnicas que visam produzir formas mais eficazes de sujeição e obediência.

Para Veiga-Neto (2013, p.39):

[...] a governamentalidade neoliberal intervirá para maximizar a competição, para produzir liberdade para que todos possam estar no jogo econômico. Dessa maneira, o neoliberalismo constantemente produz e consome liberdade. Isso equivale a dizer que a própria liberdade transforma-se em mais um objeto de consumo.

Contudo, o Estado é mínimo, quanto à sua intervenção no mercado econômico e financeiro, mas é onipresente e onipotente, como investidor de políticas – principalmente as educacionais. Os sujeitos precisam ser educados dentro de determinados preceitos, que ressaltam o empresariamento de si, exigindo dedicação e formação para empreender-se e entrar no jogo econômico. Conforme Peters (2011, p.213):

Embora as políticas neoliberais de privatização dos recursos estatais e de comercialização da esfera pública possam ter levado a um Estado mínimo ou ao menos, a uma diminuição significativa, o Estado tem retido seu poder institucional através de uma nova forma de individualização, na qual os seres humanos transformam-se em sujeitos do mercado, sob o signo do *Homo economicus*. Esta é a base para compreender o governo dos indivíduos na educação como uma técnica ou forma de poder que é promovida por meio da adoção de formas de mercado.

Avelino (2016) aponta que no neoliberalismo não é o indivíduo que pensa a sua conduta, e com esse gesto reflexivo se fortalece enquanto sujeito de vontade; ao contrário, ele é pensado, objetivado pelas verdades da economia que estruturarão sua liberdade, isto é, seu campo de ação, para constituí-lo como sujeito econômico.

Destarte, a escola torna-se lócus de produção, assujeitamento e objetivação de sujeitos dóceis, disciplinados, competitivos, produtivos e autorresponsáveis pelo seu sucesso ou fracasso, ou seja, empreendedores de si, cooptados por uma nova dominação política que garante a governamentalidade neoliberal, se apropriando de terminologias presentes no mercado, como: flexibilidade, eficácia e eficiência, seguindo os ditames de uma agenda empresarial. E para isso, as avaliações externas, as estatísticas de desempenhos e os ranqueamentos possuem papel preponderante para governar os estudantes.

As políticas de avaliações externas no Brasil

As reformas educacionais do final do século XX e início do século XXI, colocam as avaliações externas como centrais para uma validação da qualidade educacional, com uma lógica competitiva e meritocrática. Para isso, foram criados sistemas de avaliações em larga escala em um movimento global, sob influência do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) e das políticas neoliberais implementadas no Brasil, a partir da década de 1990. Este fenômeno também ocorreu em outros países da América Latina, a exemplo de: Honduras (1990); Colômbia (1991); República Dominicana (1992); Argentina e El Salvador (1993); México (1994); Costa Rica, Paraguai e Venezuela (1995) e Bolívia (1996).

Para Oliveira (2020), os organismos internacionais, a exemplo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), estabelecem padrões de qualidade da educação, vinculados a formas de ordenar e classificar os estudantes, as escolas, os sistemas educacionais; impondo critérios de eficácia e eficiência em educação para estudantes de todo o mundo, orientando mudanças na organização dos sistemas educativos assentados em uma lógica meritocrática, classificando sujeitos e instituições.

No Brasil, em 1995 é criado pelo INEP, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), tendo a Prova Brasil destaque nesse sistema avaliativo, que tem se apresentado como uma tecnologia de poder eficaz, capaz de assujeitar, classificar e punir. Inicialmente tinha como foco o estabelecimento de escalas de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, realizando testes por amostragem de escolas públicas e privadas, com caráter diagnóstico, mas sem objetivo inicial de promoção de performances e ranqueamentos.

Em 2007, é criado o IDEB, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e como parâmetro qualificador da educação brasileira. O indicador analisa o fluxo escolar e as médias de desempenhos na Prova Brasil, sendo estes entendidos como indicadores da qualidade da educação pelo discurso governamental. É calculado com base no desempenho dos estudantes na Prova Brasil/Prova SAEB e em taxas de aprovação.

Dito isto, as avaliações externas tem gerado uma racionalização voltada apenas para os resultados quantificáveis, baseado em performatividades que desconsideram os condicionantes intra e extraescolares que influenciam diretamente nas aprendizagens dos estudantes.

De acordo com Fontanive (2013, p.3):

As avaliações em larga escala são bastante diferentes das práticas avaliativas realizadas pelos professores no âmbito de uma sala de aula, pois, não só abrangem um grande número de alunos de diferentes séries ou anos escolares, como também, precisam apresentar uma grande quantidade de questões para garantir a validade curricular, ou seja, que a avaliação abranja os principais conteúdos ensinados. Esses sistemas contam ainda com novas teorias e práticas de medidas educacionais que conjugam métodos de coleta de dados e diferentes maneiras de julgar sua qualidade, de um lado, e se apoiam no uso de modelos matemáticos e estatísticos complexos, de outro. Tais especificidades trouxeram para a área da Avaliação Educacional o grande desafio de buscar formas eficazes de divulgação dos resultados encontrados, uma vez que as tecnologias empregadas não são do senso comum dos professores, dos demais membros da comunidade escolar e da sociedade em geral.

Assim sendo, há táticas de controle sobre a conduta dos docentes e dos estudantes, a partir das políticas de avaliação nacional. Como bem afirma Arroyo (2011, p. 49), “a política nacional de avaliação faz parte de uma ressacralização conservadora dos conteúdos, sobretudo daqueles reduzíveis a competências e habilidades mensuráveis, condicionantes do progresso da nação”. Ainda segundo ao mesmo autor, as políticas neoliberais com sua ênfase no treinamento e no domínio de competências, e também nas avaliações e classificações de estudantes e mestres por domínios de resultados, voltam a expatriar a educação dos seus territórios, as escolas, os currículos e a docência (ARROYO, 2011).

Segundo Dardot e Laval (2016), a avaliação tornou-se o primeiro meio de orientar a conduta pelo estímulo ao “bom desempenho” individual. Ela pode ser definida como uma relação de poder exercida por superiores hierárquicos encarregados da expertise dos resultados, uma relação cujo efeito é uma subjetivação contábil dos avaliados, que conduz a conduta dos mesmos para reconhecer a competência do avaliador e a validade das ferramentas empregadas.

Os desempenhos dos alunos nas avaliações de larga escala, como expressão de qualidade, pouco a pouco vêm subsidiando diversas iniciativas de gestão das redes, que se apresentam em nome da promoção dessa qualidade. Sob o argumento da transparência, vêm se inserindo nos programas e planos governamentais, mecanismos que visam dar ampla visibilidade aos resultados das avaliações e, em alguns casos, responsabilização de profissionais ou da escola por esses resultados, traduzida na implantação de incentivos simbólicos ou monetários, com vistas à indução de mudanças. A alocação de recursos diferenciados para as escolas, como meio de premiação por bons resultados, revela a crença de que se a competição no interior das redes de ensino induz a melhores resultados. O mesmo pressuposto está presente em iniciativas de incentivos monetários aos profissionais das escolas. A busca por melhores resultados pode levar a escola [ou, talvez, já esteja levando] a investir mais intensamente nos alunos julgados com maior potencial de obtenção de melhores pontuações nas provas externas, mesmo que isso resulte em iniquidades (SOUSA, 2014, p.412).

Sendo assim, não se pode limitar a qualidade da educação exclusivamente ao aspecto quantitativo de aquisição de competências e habilidades, desconsiderando a vida dos sujeitos, responsabilizando escola, professores, estudantes e família por tais resultados. Conforme Laval (2019), há uma ideologia da avaliação com uma racionalidade contábil que, com grande força de convencimento, equipara toda ação humana a uma ação técnica mensurável por indicadores quantitativos, que não se preocupa com uma qualidade social da educação, mas sim, com uma produção de dados que oculta a realidade do ato educativo em sua complexidade e tende a medir apenas uma ficção.

A partir do exposto, precisamos compreender os impactos que as avaliações externas tem provocado para a qualidade social da educação, reduzida na imposição de indicadores educacionais e os discursos de responsabilização que são mobilizados, com compensações financeiras e premiações para objetificar, controlar e punir as escolas.

O caso da Prova Brasil em uma escola pública de São Miguel dos Campos/AL

O estudo é um recorte dos dados coletados durante o doutoramento e parte das observações realizadas em uma escola pública municipal de São Miguel dos Campos, no estado de Alagoas, localizada na zona urbana da cidade, que atende os anos iniciais do ensino fundamental e no qual possuía o maior IDEB.

A coleta de dados foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Alagoas e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Optamos por utilizar a nomenclatura Prova Brasil por ser a terminologia adotada na época da pesquisa, no entanto, com as mudanças de governo no país, a mesma passou a se chamar Prova Saeb, no ano de 2019, pelo governo Bolsonaro. O que

muitas vezes demonstra descontinuidades das políticas públicas, alterando apenas a nomenclatura, mas permanecendo com a mesma essência.

O artigo em face apresentado possui metodologia de cunho qualitativo, a partir do estudo de caso em uma escola pública municipal, com pesquisa bibliográfica de base foucaultiana, através de observações e entrevistas semiestruturadas realizadas com um membro da Gestão Escolar, no qual optamos por manter o anonimato da função específica desempenhada pela participante e com a professora responsável pelo reforço escolar. Ambas as participantes são do sexo feminino e possuem experiência de mais de 20 (vinte) anos na Educação Básica.

Ao adentrar o lócus da pesquisa observamos as táticas e discursos mobilizados pela gestão da escola para que os resultados dos indicadores educacionais fossem alavancados cada vez mais, demonstrando desta forma, uma performatividade significativa para além dos padrões estabelecidos pelo INEP. Corroborando com a discussão, Ball (2010) afirma que a performatividade exigida por seus adeptos é um meio de controle social, não permitindo aos indivíduos a possibilidade de reflexão e de crítica.

A escola estava envolvida e se autoresponsabilizando para permanecer em primeiro lugar, de acordo com o relato da Gestão Escolar:

Eu particularmente me doeí assim (pausa) de corpo e alma, porque a escola com o IDEB lá em cima e a meta da gente é querer não deixar descer, querer mais e mais. E para isso, foi muito trabalho, muito acompanhamento com esses alunos porque a gente também não deve pensar só apenas no IDEB, mas também na aprendizagem do aluno que é o nosso foco, que é o principal e para isso foi muito trabalho, muito trabalho mesmo, E (pausa) a cada término de unidade a gente *tava* ali com conselho de classe, aqueles alunos que estavam fora da faixa de meta dos resultados a gente *tava* aqui chamando os pais, fazendo reuniões com os alunos, passando vídeos de reflexão e assim foi o nosso trabalho durante o ano letivo.

Durante o ano letivo, a escola desenvolveu várias estratégias com as turmas dos 5º anos A e B, cooptando as professoras regentes da sala de aula, a professora responsável por realizar o reforço escolar, os estudantes e suas famílias. Havia um ritual diuturno, realizado pela gestão escolar, a partir de discursos que eram realizados no pátio da escola na frente de todos, antes dos estudantes entrarem em sala de aula, através de frases motivacionais, mas ao mesmo tempo de responsabilização, atribuindo aos sujeitos a responsabilidade de manter a escola com o mais alto escore do IDEB de São Miguel dos Campos/AL. E ainda, após a entrada em sala de aula, a gestão reforçava o discurso, indo uma vez semanalmente discorrer sobre a importância da Prova Brasil e do IDEB. Foi criado um grupo de WhatsApp com as famílias onde eram repassados vídeos informativos tratando sobre a Prova Brasil e o IDEB, reuniões de pais,

produção de apostila para os estudantes que participavam do reforço escolar, entre outras ações. Havia também a proliferação de testes e mensuração de desempenhos dentre as suas ações, conforme exposto pela Gestão Escolar, ao relatar as ações prioritárias desenvolvidas pela escola para o alcance das metas do IDEB:

Simulados, vários simulados, semanalmente, quinzenalmente, estávamos fazendo os simulados para com os descritores. Maratonas, a cada unidade nós estávamos desenvolvendo nossas maratonas, além das maratonas determinadas pela SEMED³, a escola também tinha suas maratonas, inclusive a escola desenvolveu várias maratonas e vários simulados.

De acordo com a fala apresentada, podemos observar a centralidade que os testes ganham com as ações desenvolvidas pela escola para o alcance de indicadores educacionais positivos, oriundos das políticas neoliberais e gerencialistas que vem se delineando no país nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, onde há o culto aos testes, estímulo ao “bom” desempenho, em uma preparação/treinamento para a avaliação oficial.

Para os autores Peters, Marshall e Fitzsimons (2004), o novo gerencialismo funciona como uma tecnologia de governança emergente e cada vez mais racionalizada e complexa, que opera em diversos níveis: o individual (do estudante autogerido e professor), a sala de aula (técnicas de gestão da sala de aula), o programa acadêmico (com a promoção explícita dos objetivos de autogestão) e a escola ou instituição educacional (instituições autogeridas).

Nesse caso específico de nossa investigação, a Prova Brasil opera como mecanismo de controle, no qual havia a priorização das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, por serem as disciplinas avaliadas nos testes. O que também ficou constatado em nossa pesquisa, foi o estreitamento curricular, tendo as outras áreas do conhecimento a ausência durante o período que antecedeu a aplicação da Prova Brasil. Os conteúdos das outras áreas, como História, Geografia, Ciências, Filosofia, entre outras, só foram trabalhados na escola no último mês do ano letivo de forma aligeirada e reducionista. Uma observação importante sobre a Prova Brasil relatada pela professora do reforço escolar é que as professoras regentes de sala de aula dos 5º anos sobrecarregavam os estudantes com conteúdos para a avaliação externa, deixando de lado outros conteúdos que também seriam importantes para a formação dos sujeitos. Inclusive acrescenta que houve alguns avanços, mas não garante que os estudantes que estavam no reforço tinham condições de fazer a Prova Brasil: “Eu achei que eles melhoraram, mas para dizer, que eles tinham as competências de fazer a prova, acho que não! A prova é que eu peguei os 10 (dez) piores dos piores (se referindo aos estudantes), né!”.

³ Secretaria Municipal de Educação.

O poder indutor das avaliações externas objetiva os estudantes para que apresentem os melhores desempenhos cognitivos ou ainda, excluem no processo de matrícula ou até mesmo no dia da aplicação da prova os estudantes com alguma deficiência ou que revelam dificuldades de aprendizagem para evitar possíveis resultados danosos que a escola venha a apresentar. Freitas (2018) aponta que a padronização dos testes fornece as bases para o julgamento moral dos estudantes considerados “adequados” ou “inadequados”. A proposta é eliminar os “tomates podres” antes que estraguem os bons e diminuam suas médias gerais, protegendo as escolas e contribuindo para o marketing de uma instituição sem estudantes com problemas. Como é o caso da escola investigada, que possui uma imagem positiva perante à comunidade educativa, sendo uma referência para as demais, por isso se explica o movimento empreendido “de corpo e alma” pela instituição, como uma forma de prestação de contas do trabalho desenvolvido.

O planejamento das professoras dos 5º anos também focava apenas em Língua Portuguesa e Matemática com o estudo exaustivo dos descritores, repassados na formação continuada proposta semanalmente pela SEMED, através de cadernos de atividades elaborado pelos técnicos formadores. Ou seja, havia uma instrumentalização dos saberes e um controle sobre as práticas das professoras, como também sobre as ações da escola. No entanto, destacamos que havia uma resistência⁴:

Vinheram alguns (se referindo aos projetos) da SEMED e outros a escola mesmo desenvolveu. Por exemplo, do 1º ao 5º, a gente não procurou trabalhar os projetos da SEMED, a gente reuniu os professores e procurou focar na aprendizagem, na alfabetização, onde procuramos desenvolver um projeto de leitura, onde foi desenvolvido um projeto com gêneros literários, onde eu observo aí, não tem quase aluno nenhum que não sabe ler aqui na escola, porque no primeiro ano trabalhamos com cantiga de roda, o 2º ano trabalhou com parlendas, o terceiro ano foi com gibis, 4º ano com jornais e 5º anos com fábulas, foi um trabalho muito proveitoso, que eu vejo que a gente tá terminando o ano com aquela sensação de dever cumprido, que a gente plantou uma semente de leitura na escola (Gestão Escolar).

Contudo, quando se trata da resistência por parte das professoras dos 5º anos A e B, identificamos a sua ausência e observamos no lócus da pesquisa o total engajamento para a obtenção de desempenhos positivos, competitividade entre as turmas, pautados em um discurso meritocrático, que invisibiliza uma outra conduta, que não seja de assujeitamento e objetivação:

⁴ Nos apropriamos dos estudos foucaultianos para tratar sobre resistência, quando Michel Foucault explica que se não houvesse resistência não haveria poder. A resistência ao poder não pode vir de fora do poder, ela é contemporânea e integrável às estratégias de poder. É a possibilidade de abrir espaços de luta e de administrar possibilidades de transformação (CASTRO, 2009; REVEL, 2011).

Não. Teve não resistência, eu vi assim muita dedicação, a secretaria de educação assim pediu que eu levasse os relatórios finais delas para serem entregues na próxima semana e eu vejo assim, uma satisfação muito grande delas em entregar os relatórios de tudo que foi feito. É, a gente ficou até assim, meio sentida, porque no nosso plano de ação a gente queria fazer uma panfletagem, mas para gente sair na comunidade fazendo panfletagem teria que ser uns panfletos bem legais. Nós chegamos a fazer, mas vi que não tava tão legal, pronto para a comunidade, né?. Porque tudo é alvo de críticas e a gente fez a panfletagem dentro da escola mesmo e eles (os estudantes) queriam ir lá fora entregar para o povo, parar o povo, entregar nas ruas, parar os carros, mas a gente não conseguiu fazer aqueles panfletos bem legais como a gente queria e eu notei que elas (as professoras) ficaram tristes, porque elas queriam. A motivação das professoras era contagiante, a gente tem aqui (pausa), eu observava assim, uma sintonia com elas, quando chegava aqui: 'Eles (os estudantes) estudaram o descritor 15, mas eu vi que eles (os estudantes) não dominavam, hoje eu vim com as mesmas tarefas, com os mesmos descritores, para ver se a gente consegue o nosso objetivo'. Então eu via uma sintonia muito grande, um querer fazer, de uma forma que eu achei muito bonito isso (Gestão Escolar).

Ao se tratar sobre a possível resistência dos estudantes, também não conseguimos identificar. Observamos um dispêndio de forças e esforços, demonstrando as tecnologias de sujeição na qual os estudantes foram submetidos a partir dos discursos de verdade, ditos não só institucionalmente, mas também incorporados pelos próprios estudantes, conforme apontado na fala abaixo:

Não. Nenhum deles, todos engajados, inclusive até hoje eles perguntam pelo resultado, né? Eles se envolveram tanto, que até hoje perguntam o resultado do IDEB: Sai quando? - Só no próximo ano. Porque eles tantos se empenharam que quer que saia um resultado satisfatório (Gestão Escolar).

Houve a produção de mecanismos de subjetivação, que controla os corpos e as mentes dos estudantes para o alcance das metas. Para além das táticas relatadas neste trabalho, ainda tivemos um controle sobre a vida privada dos estudantes que ultrapassou os muros da escola, ao desenvolver um quadro pelas professoras e a gestão escolar, delimitando os horários e as ações que os estudantes realizariam de segunda-feira à sexta-feira em sua casa, como por exemplo; horário de estudar para Língua Portuguesa e Matemática, de brincar, de pegar no celular e até de dormir.

De acordo com Garcia (2010), as reformas atuais na educação brasileira, direcionam e guiam o trabalho escolar e docente, estabelecendo uma série de regulamentações, mobilizam discursos e tecnologias (como o currículo, a didática, modalidades de organização e gestão escolar, etc.), tornando a alma e as capacidades humanas objetos de disputa e governo.

Um dia antes da aplicação da Prova Brasil, o prefeito da cidade à época, gravou um vídeo com uma mensagem de incentivo, mas sobretudo de responsabilização unilateral e pressão para os estudantes dos 5º anos A e B que fariam a avaliação, o que demonstra o assujeitamento para os interesses governamentais de alcance das métricas estabelecidas e o poder dos discursos produzidos para desempenhos satisfatórios, conforme a fala a seguir apontada pela Gestão Escolar: “Ficaram nervosos, porque teve aluno que disse bem assim: num vejo a hora de passar essa prova, você acredita que eu não dormi, a minha mente é só IDEB, IDEB, IDEB. Foi mesmo? Foi. Eu sonhei a noite todinha com essa prova”.

Há uma condução das condutas dos estudantes, mobilizadas por uma racionalidade que produz discursos, saberes e técnicas que conduzem os sujeitos para governar a si e as outras pessoas. O que para Dardot e Laval (2016) trata-se do adestramento dos corpos e gestão das mentes, fabricando o homem neoliberal. Ou seja, um sujeito competitivo, eficaz, útil, dócil ao trabalho e disposto ao consumo.

Nesse contexto de pressão, a escola tinha uma preocupação com aqueles estudantes que possuíam algumas debilidades nas disciplinas avaliadas, mesmo a Gestão Escolar relatando que havia um número mínimo de estudantes que não sabiam ler. O importante era alcançar o máximo de desempenho. Entretanto, foi criado o reforço escolar no contraturno para os estudantes dos 5º anos, formado por turmas de 10 (dez) estudantes, selecionados a partir de um diagnóstico realizado pela professora do reforço escolar, identificando as dificuldades de aprendizagem que impactariam no resultado da Prova Brasil. A entrevistada da Gestão Escolar ressaltou os avanços que o reforço proporcionou e a articulação entre o planejamento das professoras regentes das turmas avaliadas e a professora do reforço escolar:

O planejamento era articulado, inclusive agora no pré conselho de classe que eu fiz semana passada com as meninas do 1º ao 5º (se referindo às professoras), como deu resultado o reforço, porque era sintonia, as professoras com a professora de reforço, para dizer no que o aluno estava avançando, no que precisava melhorar, a gente viu aluno que, é (pausa) *tava* lendo frases, agora já *tá* lendo textos e a satisfação do aluno também: ‘Tia você vai me pegar agora?’. Porque ele usa esse termo para aquele momento que a professora dar assistência e eu senti assim, a felicidade deles por terem aprendido a ler e o reforço deu um resultado muito positivo (Gestão Escolar).

No entanto, a professora do reforço escolar contradiz o exposto pela Gestão Escolar ao afirmar que:

O meu trabalho, não era ligado com a professora, era do que eu via a necessidade do aluno. Eu montei uma apostila com o que ele precisava, nessa apostila constava, é (pausa) leitura com interpretação de texto, tabelas e

gráficos de matemática, situações problemas para serem trabalhados, vinha uma parte com a tabuada, mas de uma forma, com estratégia diferenciada para ser trabalhada, e só tinha produção de texto, como vinha a Prova Brasil, eu me detive mais na leitura e interpretação de texto, até mesmo porque no reforço, ele só tinha um dia comigo.

Sendo assim, há um governo sobre a escola que mobilizam estratégias de governamento sobre os sujeitos em busca de um ensino eficiente e de uma racionalidade neoliberal pautada em cálculos de mensuração de desempenhos, ranqueamentos e competitividade. Para Dardot e Laval (2016), as práticas de mensuração e incentivo que visam guiar as condutas são parte integrante da forma de governar os homens nas sociedades de mercado e para isso se faz uso das avaliações.

O dia da aplicação da Prova Brasil foi o ápice do ritual de governamento sobre os sujeitos. Os estudantes dos 5º anos A e B adentraram a escola sob um tapete vermelho e com uma música evangélica ao fundo, intitulada conquistando o impossível, sendo fotografados por suas famílias entusiasmadas com aquele momento. Após a entrada triunfal, foram proferidas algumas palavras motivacionais pela gestão escolar e foi oferecido um lanche. Logo depois, ocorreu a aplicação da avaliação oficial.

A Gestão Escolar faz críticas à aplicadora externa, que não deixava os estudantes a vontade para responder as questões, muito pelo contrário, controlava o tempo que cada questão deveria ser respondida, no qual reforçava a todo momento os minutos que faltavam para a conclusão das respostas de cada questão, provocando um nervosismo e uma cobrança em relação ao cumprimento do tempo.

A forma como as avaliações externas e seus resultados tem sido conduzidos no Brasil implicam na padronização de saberes e dos estudantes, vistos como sujeitos treináveis, úteis e produtivos, promovendo exclusões e aprofundamento das desigualdades. Durante a aplicação da Prova Brasil na escola investigada, os estudantes que possuíam deficiência mental foram excluídos, pois segundo a Gestão Escolar eles não teriam condições de participar da avaliação devido a sua deficiência e poderiam “atrapalhar” o momento, já que eles só cantavam. Esse é um elemento importante de discussão, ao pensarmos no tipo de sujeito normalizado e disciplinado que sirva aos interesses do capital e das políticas de avaliações em larga escala que propagam uma qualidade educacional pautada em aspectos quantificáveis, com métricas e performances, distanciando-se de uma qualidade social que forme para o exercício da cidadania, com justiça social e cognitiva e promova uma educação emancipatória e inclusiva.

Segundo Sarmiento (2001, p.24):

[...] as pulsões neoliberais propõem-se mudar a escola através da introdução de uma lógica concorrencial de mercado, com a abertura do espaço institucional público a formas privadas de gestão e a uma dinâmica de disputa dos “melhores” resultados, dos “melhores” alunos, pelas “melhores” escolas. Num caso e noutro, são excluídos todos aqueles que se distinguem dos padrões dominantes, gerando-se dessa forma novas e mais flagrantes desigualdades escolares e sociais.

A partir do exposto, observamos a redução da qualidade do ensino ao desempenho dos estudantes nas avaliações externas, controlando os resultados obtidos por cada escola deste país, selecionando as melhores e provocando um ranqueamento entre elas, além do aumento do controle disciplinar sobre os estudantes. A escola investigada estava empenhada em permanecer ocupando o 1º lugar do IDEB municipal, visto como sinônimo de qualidade. No entanto, é importante destacar o posicionamento da professora de reforço sobre a Prova Brasil:

Eu acho que a Prova Brasil, para mim, eu acho que ela não mostra totalmente a qualidade do ensino não, de forma nenhuma, ela não mostra não. Ela não pesa uma produção de texto, ela não pesa uma leitura do aluno, tá entendendo? Ela só pesa questões de assinalar, o aluno pode ir chutando e acertar.

O movimento que se desenhou e cooptou a comunidade escolar é oriunda de uma cultura instituída de espetacularização de resultados, visto que de acordo com informações coletadas na instituição de ensino pesquisada, no ano de 2017, a escola recebeu o Prêmio Ib Gatto Falcão, no valor à época de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), devido ao resultado do IDEB apresentado no ano de 2015. A escola fez uma faixa expondo o seu resultado perante à sociedade, como prestação de contas do trabalho desenvolvido. O prêmio era uma iniciativa do governo de Alagoas, destinado às escolas públicas municipais que apresentaram resultados satisfatórios no IDEB, denominado de Prêmio de Qualidade da Educação Municipal Ib Gatto Falcão. Destacamos que o mesmo foi substituído por outra premiação criada no ano de 2019, chamada agora de Prêmio Escola 10, com outras diretrizes e vinculada à uma política de governo, Programa Escola 10.

Destarte, apesar de todos os esforços empreendidos a escola lócus de nossa pesquisa ultrapassa a meta projetada pelo INEP para o ano de 2019, que era de 5.4 e alcança 5.7, mas perde a 1º colocação em nível municipal, ficando em 2º lugar entre as escolas que atendem os anos iniciais. A escola que apresentou a melhor performance tinha como meta 4.7 e alcança 6, elevando significativamente a sua meta e ficando à frente da escola investigada.

Para o ano de 2021 a meta era 5.7 e a escola mesmo já tendo alcançado esse score no ano de 2019, cai para 5.6, ocupando agora o 4º lugar no ranqueamento do IDEB municipal. O que pode ser explicado pela influência da pandemia da COVID-19 que trouxe drásticos

impactos para a educação brasileira ou/e pela mudança da gestão escolar, devido ao fato da mudança do governo municipal no último pleito eleitoral, já que ainda temos a presença da indicação política para os cargos de gestão e práticas de autoritarismo.

Após a divulgação dos resultados da Prova Brasil, os estudantes que participaram desse exame não receberam nenhuma premiação, apesar de terem se empenhado e se preocupado com o possível declínio da colocação do IDEB municipal. A Secretaria de Educação realizou uma reunião com a gestão da escola e com todos os docentes para expor os resultados e um dos pontos sensíveis apresentados pela equipe técnica foi o fluxo escolar, principalmente em relação ao percentual de reprovados, mesmo a escola tendo menos de 3% de estudantes reprovados naquele ano de 2019.

A feiticização dos resultados apresentados em forma de dados aparecem como qualidade da escola e como medida do nível cultural da população (Laval, 2019), o que para nós, tais resultados não representam uma qualidade social, que promove de fato uma justiça cognitiva e uma educação emancipatória, cidadã e inclusiva, mas pelo contrário, encobre as especificidades do cotidiano escolar e operam uma maquinaria de fascínio por avaliações e por performances exitosas, exercendo um controle sobre a comunidade escolar, com técnicas de mensuração em larga escala e padronizações.

Conclusões

Finalizamos este artigo afirmando que as políticas públicas educacionais incorporam avaliações em larga escala, como mensuração e comprovação da eficácia da qualidade da educação. No tocante ao ensino fundamental, em especial aos anos iniciais, a Prova Brasil e sua articulação com o IDEB, tem sido fator validador de qualidade educacional. Temos visto a responsabilização unilateral da comunidade educativa na busca por melhores desempenhos nas avaliações externas, com uma cobrança exacerbada por desempenhos satisfatórios de estudantes nos testes, inclusive com a criação de incentivos para a melhoria do aprendizado, ranqueamentos, premiações, estímulo à competitividade, pressão por parte das famílias e dos gestores públicos para a elevação de indicadores educacionais com métricas cada vez mais altas, tendo o PISA como referência de qualidade da educação global.

Diante das observações e análises realizadas dos dados produzidos em uma escola pública municipal que atende os anos iniciais do ensino fundamental em São Miguel dos Campos/AL, afirmamos que a Prova Brasil se caracteriza como uma tática da governamentalidade ao produzir discursos que são incorporados pela comunidade escolar com efeitos de verdade, responsabilizando os estudantes para o alcance dos indicadores e permanência da escola investigada no 1º lugar do IDEB municipal como sucesso institucional;

a instrumentalização de saberes, a partir do apostilamento, do estreitamento curricular e das práticas de simulados e maratonas do IDEB; o governo da vida privada dos estudantes e o envolvimento das famílias, com a criação de uma agenda diária a ser seguida pelos estudantes em seu lar e grupo de WhatsApp com as famílias. Ou seja, há a produção de sujeitos governáveis, produtivos e performáticos. No entanto, é importante destacar também os processos de exclusão das condutas tidas como “inadequadas”, a exemplo das crianças com deficiência mental e da preocupação com os estudantes dos 5º anos A e B que se encontravam no reforço escolar e eram considerados “os piores”.

Ressaltamos que as táticas empreendidas e o investimento nos corpos e mentes dos estudantes não foram suficientes para que a escola permanecesse em 1º lugar no IDEB municipal do ano de 2019, apesar de ter alavancado os seus resultados. Portanto, uma educação quiçá democrática, emancipatória e inclusiva, com qualidade social, só se efetivará com resistências outras e mais potentes, criadas no chão da escola à essa racionalidade neoliberal que trata a educação como um insumo econômico a serviço do capital, distante dos anseios da classe trabalhadora e da heterogeneidade das escolas públicas alagoanas, com destaque para as localizadas no interior de Alagoas, em um estado marcado por profundas desigualdades educacionais e sociais.

Referências

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AVELINO, Nildo. Foucault, governamentalidade e neoliberalismo. In: RESENDE, Haroldo de (org.). *Michel Foucault: política, pensamento e ação*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BRANCO, Guilherme Castelo. Governamentalidade, política, resistências ao poder. In: RESENDE, Haroldo de (org.). *Michel Foucault: política, pensamento e ação*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.p.111-121.

BALL, Stephen. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. *Educação e Realidade*, v. 2, n. 35, p. 37-55, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15865>. Acesso em: 01 de junho de 2023.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FONTANIVE, Nilma Santos. A Divulgação dos Resultados das Avaliações dos Sistemas Escolares: limitações e perspectivas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 78, p. 83-100, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/bwqdfSqzysvDG5gjNgbXRFw/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 25 de fevereiro de 2020.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

FREITAS, Luiz Carlos De. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GALLO, Sílvio. “O pequeno cidadão”: sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. In: RESENDE, Haroldo de (org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 329-343.

GARCIA, Maria Manuela Alves. Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos. In: *Revista Brasileira de Educação*. V. 15, n 45 set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/kZTK8sHPWFkvbpwTKfzZqRv/?lang=pt>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARSHALL, James. Governamentalidade e educação liberal. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p.21-34.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Da promessa de futuro à suspensão do presente: a teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira*. 1 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.

PETERS, Michael. Governamentalidade neoliberal e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p.211-224.

PETERS, Michael; MARSHALL, James; FITZSIMONS, Patrick. Gerencialismo e Política Educacional em um Contexto Global: Foucault, Neoliberalismo e a Doutrina da Auto-Administração. In: BURBELES, Nicholas; TORRES, Carlos Alberto. *Globalização e Educação: perspectivas críticas*. Tradução: Ronaldo Catoldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 77-90.

PRADO FILHO, Kleber. *Michel Foucault: uma história da governamentalidade*. Rio de Janeiro: Insular e Archiamé, 2006.

REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Tradução: Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade. In: GARCIA, Regina Leite; FILHO, Aristeo Leite (orgs.). *Em defesa da educação infantil*. Rio de Janeiro, DPA editora, 2001, p. 13-28.

SOUSA, Sandra Kázia. Concepções de Qualidade da Educação Básica forjadas por meio de Avaliações em Larga Escala. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014. Disponível in: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a08v19n2.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2018.

TEMPLE, Giovana Carmo. *Acontecimentos, poder e resistência em Michel Foucault*. Cruz das Almas, BA: UFRB, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: *Foucault: filosofia e política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 37-52.